CONHECIMENTO E COMPREENSÃO DAS INFORMAÇÕES DE ROTULAGEM ALIMENTAR RELEVANTES PARA A SAÚDE E SEU IMPACTO NAS DECISÕES DE CONSUMO

Isabela Santos da Costa Marcon e Karina Dantas Coelho

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

Este estudo investigou o conhecimento e a compreensão de consumidores adultos sobre informações de rotulagem alimentar relevantes para a saúde e sua influência nas decisões de compra. Trata-se de estudo transversal descritivo, realizado por questionário eletrônico com 201 participantes. Foram analisadas características sociodemográficas, leitura de rótulos, compreensão autorreferida, percepção da rotulagem nutricional frontal e conhecimento sobre selos de inspeção em produtos de origem animal. A leitura frequente foi relatada por 78,6% dos participantes e esteve associada à maior escolaridade e renda familiar. Contudo, 59,7% declararam compreender, no máximo, metade das informações dos rótulos. Data de validade, lista de ingredientes e tabela nutricional foram as informações mais valorizadas. A rotulagem nutricional frontal foi identificada pela maioria dos participantes, mas seu reconhecimento não se associou significativamente à percepção de utilidade ou à decisão de compra. O conhecimento sobre selos de inspeção esteve associado à maior frequência de sua verificação. Conclui-se que a rotulagem é uma ferramenta relevante, mas sua efetiva utilização depende de clareza, legibilidade e compreensão das informações, reforçando a importância das ações educativas.

Palavras-chave: rotulagem de alimentos; consumidores; segurança dos alimentos.

ABSTRACT

This study investigated adult consumers' knowledge and understanding of health-related food labeling information and its influence on purchasing decisions. This was a descriptive cross-sectional study conducted through an electronic questionnaire with 201 participants. Sociodemographic characteristics, label reading, self-reported understanding, perception of front-of-package nutrition labeling, and knowledge of inspection seals on products of animal origin were analyzed. Frequent label reading was reported by 78.6% of participants and was associated with higher educational attainment and household income. However, 59.7% reported understanding, at most, half of the information provided on food labels. Expiration dates, ingredient lists, and nutrition declaration were the most valued types of information. Front-of-package nutrition labeling was recognized by most participants, but its recognition was not significantly associated with its perceived usefulness or influence on purchasing decisions. Knowledge of inspection seals was associated with more frequent checking of these seals. It is concluded that food labeling is a relevant tool, but its effective use depends on the clarity, legibility, and understanding of the information, reinforcing the importance of educational initiatives.

Keywords: food labeling; consumers; food safety.

1. INTRODUÇÃO

A rotulagem de alimentos constitui um importante instrumento de comunicação entre fabricantes e consumidores, fornecendo informações sobre composição, origem, características nutricionais, presença de alergênicos e aditivos, prazo de validade e condições de conservação e consumo. No Brasil, é compulsória e regulamentada por órgãos oficiais, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), conforme a natureza do produto (Brasil, 2005; Brasil, 2017a; Brasil, 2020b; Brasil, 2020c; Brasil, 2022a).

Embora seja uma importante estratégia de saúde pública e meio de comunicação entre a indústria alimentícia e os consumidores, a eficácia da rotulagem depende da clareza das informações e da capacidade de compreensão do público. Como muitos consumidores ainda têm dificuldades para interpretar os rótulos ou são influenciados por desinformação sobre saúde e alimentação, torna-se necessário avaliar esse conhecimento e sua influência nas escolhas alimentares.

1.1 Problema de pesquisa

Diante desse contexto, surge a questão: os consumidores realmente conhecem e compreendem as informações de rotulagem alimentar relevantes para a saúde, e de que maneira essa compreensão influencia suas decisões de compra?

1.2 Justificativa

Embora os rótulos sejam concebidos para fornecer informações claras e objetivas sobre os alimentos, seu potencial educativo pode ser limitado pela forma como são compreendidos pelo público. Investigar o nível de conhecimento e de compreensão das informações de rotulagem pode contribuir para o aprimoramento de estratégias de educação alimentar e nutricional, além de propor melhorias nos próprios rótulos, de modo a facilitar escolhas alimentares mais conscientes e saudáveis.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

• Investigar o conhecimento e a compreensão da rotulagem alimentar e sua influência no consumo de alimentos.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar quais informações do rótulo são mais relevantes para os consumidores;

- Avaliar a compreensão e nível de conhecimento das informações da rotulagem pelos consumidores;
- Verificar a percepção de saudabilidade dos alimentos de acordo com as informações do rótulo;
- Identificar quais elementos descritos no rótulo influenciam a compra de alimentos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a rotulagem dos alimentos e bebidas embalados é obrigatória e regulamentada por normas específicas, principalmente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (Brasil, 1969; Brasil, 2020b; Brasil, 2020c; Brasil, 2022b). No caso dos produtos de origem animal, também devem ser observadas as normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) (Brasil, 2005; Brasil, 2017a; Brasil, 2017b; Brasil, 2020a; Brasil, 2021; Brasil, 2022a). Essas regulamentações relacionam-se ao direito básico do consumidor à informação, previsto pelo Código de Defesa do Consumidor (Brasil, 1990).

Entre as informações obrigatórias nos rótulos de alimentos embalados estão a denominação de venda, a lista de ingredientes, as advertências sobre alergênicos e lactose, o conteúdo líquido, a identificação de origem e do lote, o prazo de validade, as instruções de conservação e preparo, quando necessárias, e a rotulagem nutricional (Brasil, 2022b). A tabela de informação nutricional apresenta o valor energético e as quantidades de carboidratos, açúcares totais e adicionados, proteínas, gorduras totais e saturadas, fibras alimentares e sódio (Brasil, 2020b; Brasil, 2020c). Essas informações podem auxiliar o consumidor em suas escolhas alimentares (Pereira et al., 2019).

O elevado consumo de alimentos processados e ultraprocessados associa-se a perfil nutricional desfavorável e às DCNT, reforçando a importância da rotulagem como instrumento de informação em saúde e apoio às recomendações do Guia Alimentar para priorizar alimentos in natura ou minimamente processados, limitar processados e evitar ultraprocessados (Brasil, 2014; Rauber et al., 2018). A leitura da lista de ingredientes, advertências e tabela nutricional auxilia na identificação de nutrientes críticos, aditivos e alergênicos, mas sua efetiva utilização depende de informações claras, legíveis e acessíveis, pois linguagem técnica, letras pequenas, baixa compreensão e fatores socioeconômicos podem dificultar a interpretação dos rótulos (Batista; Alves, 2024; Brasil, 1990; Brasil, 2020b; Brasil, 2020c; Brasil, 2022b; Idec, 2014; Osei; Domfe; Anderson, 2024;).

Com a finalidade de facilitar a identificação de nutrientes críticos, a Anvisa instituiu a rotulagem nutricional frontal, representada pelo símbolo de uma lupa na parte frontal da

embalagem, que adverte sobre altos teores de açúcares adicionados, gordura saturada ou sódio. A escolha do modelo foi precedida por estudos sobre diferentes formatos de rotulagem frontal que serviam para alertar o consumidor de forma rápida e direta. Além da rotulagem frontal, as novas normas introduziram alterações na apresentação da tabela de informação nutricional e estabeleceram critérios para a declaração de alegações nutricionais nos rótulos dos alimentos embalados (Brasil, 2020b; Brasil, 2020c; Coutinho et al., 2022).

Os produtos de origem animal, como carnes, pescados, leite, ovos, produtos de abelhas e seus derivados, devem atender às exigências gerais de rotulagem aplicáveis e às normas referentes à sua identidade, origem e inspeção sanitária. Entre as informações necessárias, destaca-se a identificação do serviço oficial de inspeção, por meio do respectivo carimbo ou selo, o qual indica que o estabelecimento e seus produtos estão submetidos à inspeção e fiscalização por um Médico Veterinário oficial (Brasil, 2005; Brasil, 2017a; Brasil, 2017b). Essa fiscalização é relevante porque os alimentos de origem animal podem veicular Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) e agentes zoonóticos (Abebe et al., 2020).

Diante disso, são necessários estudos que avaliem o conhecimento e a compreensão dos consumidores sobre a rotulagem de alimentos, especialmente quanto às informações relacionadas à saúde e à segurança alimentar. Esses estudos podem subsidiar ações educativas e melhorias nas estratégias de comunicação adotadas pelos órgãos públicos responsáveis. Como instrumento de informação e promoção da saúde, a rotulagem pode ampliar o conhecimento e a autonomia dos consumidores e favorecer escolhas alimentares mais conscientes (Pereira et al., 2019).

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de estudo e população de estudo

O estudo foi do tipo transversal descritivo, com amostra constituída por adultos com idade igual ou superior a 19 anos, com diferentes níveis de escolaridade e ocupações. A participação foi condicionada à leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi divulgada em redes sociais, caracterizando uma amostra não probabilística por conveniência. Foram considerados como critérios de exclusão os indivíduos que atuavam ou haviam atuado na área de alimentos, ou que possuíam conhecimento sobre legislação e rotulagem.

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu por meio do envio do link de um questionário cadastrado na plataforma Google Forms®, contendo questões sobre características sociodemográficas, frequência de compras de alimentos, leitura e compreensão das informações da rotulagem.

3.3 Aspectos éticos

O estudo respeitou as diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pela Resolução n°466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, assegurando a privacidade dos participantes e o uso dos dados exclusivamente para fins desse estudo. Antes de responderem ao questionário, os participantes leram o TCLE e assinalaram a opção "() Li e concordo em participar da pesquisa". As pesquisadoras explicaram o objetivo do estudo e a importância do uso dos dados de forma sigilosa para a coleta. O projeto foi apreciado e aprovado pelo CEP Mackenzie sob o CAAE nº 92152225.3.0000.0084.

3.4 Apresentação dos resultados

Os dados foram analisados utilizando o *software JASP*, versão 0.97.0® (*JASP* Team, 2026), adotando-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$). As variáveis categóricas foram apresentadas por frequências absolutas (n) e relativas (%). Nas questões de múltipla resposta, cada alternativa foi contabilizada independentemente; por isso, a soma dos percentuais ultrapassa 100%. As associações entre variáveis categóricas foram investigadas por meio de tabelas de contingência e dos testes do qui-quadrado de Pearson. Quando os pressupostos não foram atendidos, utilizou-se o teste exato de Fisher.

3.5 Declaração de uso de Inteligência Artificial

As autoras declaram, em consonância com a Portaria CNPq nº 2.664 (Brasil, 2026), o uso dos assistentes de inteligência artificial generativa Microsoft 365 Copilot e ChatGPT (Open AI, GPT-5.6 Sol). As ferramentas foram utilizadas exclusivamente para revisão gramatical e textual, bem como para apoio à padronização das citações e referências. O conteúdo foi criticamente avaliado e revisado pelas autoras, que assumem a autoria intelectual e a responsabilidade pela integridade dos dados e do texto elaborado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período de coleta de dados, realizado entre setembro de 2025 e março de 2026, foram obtidas 212 respostas. Após a aplicação dos critérios de exclusão, 11 participantes foram retirados da análise por declararem atuar ou estudar na área de alimentos ou por não terem concluído o questionário. As características sociodemográficas da amostra estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes.

Variável	n	%
Sexo		
Feminino	161	80,1
Masculino	40	19,9
Escolaridade		
Ensino Fundamental Completo	1	0,5
Ensino Médio Incompleto	4	2,0
Ensino Médio Completo	13	6,5
Ensino Superior Incompleto	20	10,0
Ensino Superior Completo	57	28,4
Pós-graduação	106	52,7
Ocupação		
Empregado(a)	114	56,7
Aposentado(a)	40	19,9
Do lar	21	10,4
Estudante	12	6,0
Outro	9	4,5
Desempregado(a)	5	2,5
Renda Familiar Mensal		
Até 1 salário mínimo	2	1,0
De 1 a 3 salários mínimos	19	9,5
De 3 a 5 salários mínimos	32	15,9
Acima de 5 salários mínimos	147	73,1
Não declarado	1	0,5

Fonte: as autoras, 2026.

A amostra final (n=201) foi predominantemente feminina (80,1%), com idade que variou de 19 a 82 anos, média de 45,9 anos (DP=14,6) e mediana de 46 anos. Observou-se elevado nível socioeconômico: 81,1% dos participantes concluíram o ensino superior, incluindo aqueles com pós-graduação (52,7%), enquanto apenas 9,0% apresentavam escolaridade até o ensino médio completo. A maioria dos participantes estava empregada (56,7%) e declarou renda familiar superior a cinco salários mínimos (73,1%). Esse perfil contrasta com o observado na população brasileira em 2025, que registrou 21,4% de pessoas com ensino superior e rendimento domiciliar per capita equivalente a aproximadamente 1,53 salário mínimo (IBGE, 2026a; IBGE, 2026b). Embora a comparação dos dados do estudo com os nacionais deva ser interpretada com cautela, em razão da diferença entre renda familiar e renda per capita, os resultados indicam concentração da amostra nas faixas superiores de renda e escolaridade.

Os supermercados foram o principal local de compra de alimentos, mencionados por 94% dos participantes, sendo a responsabilidade pelas compras demonstrada na Tabela 2, em conjunto com o hábito de leitura de rótulos de alimentos, através da frequência. As mulheres relataram com maior frequência do que os homens serem as principais responsáveis pelas compras de alimentos (57,1% em comparação com 32,5%), sendo observada associação estatisticamente significativa entre sexo e responsabilidade pelas compras, segundo o teste qui-quadrado ($p = 0,018$). Porém, não houve diferença

estatisticamente significativa entre os sexos quanto à frequência de leitura dos rótulos, tanto na análise das quatro categorias (teste qui-quadrado, p = 0,140) quanto na dicotomizada em leitura frequente (“sempre/às vezes”) e leitura não frequente (“rara/nunca”) (teste exato de Fisher, p = 0,403). Embora Nobre et al. (2023) tenham identificado maior prevalência de leitura de rótulos entre mulheres, essa divergência pode estar relacionada com o elevado nível de escolaridade da amostra, influenciando o comportamento de leitura dos rótulos.

Tabela 2. Responsabilidade pelas compras e frequência de leitura de rótulos, segundo sexo dos participantes.

Sexo	**Responsável pelas compras**			**Leitura frequente[1]**
	Respondente n (%)	**Dividimos tarefas n (%)**	**Outra pessoa n (%)**	**Total n (%)**
Feminino	92 (57,1)	54 (33,5)	15 (9,3)	129 (80,1)
Masculino	13 (32,5)	20 (50,0)	7 (17,5)	29 (72,5)
TOTAL	105 (52,2)	74 (36,8)	22 (10,9)	158 (78,6)

[1] Sempre ou às vezes
Fonte: as autoras, 2026.

A frequência de leitura dos rótulos segundo escolaridade e renda está descrita na Tabela 3.

Tabela 3. Frequência de leitura dos rótulos segundo escolaridade e renda dos participantes (n=201).

Variável	**Leitura frequente[1] n (%)**	**Leitura não frequente[2] n (%)**	**Total**
Escolaridade			
Até ensino médio	9 (50,0)	9 (50,0)	18
Ensino superior	57 (74,0)	20 (26,0)	77
Pós-graduação	92 (86,8)	14 (13,2)	106
Renda Familiar Mensal			
Até 3 salários mínimos	13 (61,9)	8 (38,1)	21
3 a 5 salários mínimos	20 (62,5)	12 (37,5)	32
Mais que 5 salários mínimos	124 (84,4)	23 (15,6)	147
Não declarado	1 (100,0)	0 (0,0)	1

[1] Sempre ou às vezes. [2] raramente ou nunca.
Fonte: as autoras, 2026.

Para a análise inferencial, as respostas foram agrupadas em duas categorias: leitura frequente (“sempre” ou “às vezes”) e leitura não frequente (“raramente” ou “nunca”). A leitura frequente (78,6% da amostra) teve associação estatisticamente significativa com maior escolaridade (p < 0,001) e renda familiar mensal (p = 0,004). Portanto, ao analisar as variáveis socioeconômicas, observou-se aumento progressivo na frequência de leitura conforme o nível de escolaridade e renda dos participantes, corroborando os achados de Nobre et al. (2023), em estudo realizado na cidade de Campinas. Em relação às informações presentes nos rótulos, foi questionado quais seriam consideradas mais importantes pelos participantes, com os resultados dispostos na Tabela 4.

Tabela 4. Distribuição das informações dos rótulos consideradas mais importantes pelos participantes.

Informação	n	%
Data de validade	176	87,6
Lista de ingredientes	131	65,2
Tabela nutricional	90	44,8
Rotulagem nutricional frontal (lupa)	70	34,8
Selos/ certificações	37	18,4
Informações sobre alergênicos	36	17,9

Nota: Questão de múltipla resposta.
Fonte: as autoras, 2026.

A data de validade foi a informação mais mencionada pelos participantes (87,6%), seguida da lista de ingredientes (65,2%) e da tabela nutricional (44,8%). Essa priorização reflete a preocupação com a segurança dos alimentos. Outros estudos, realizados em períodos e contextos distintos, sugerem que essa informação continua relevante com o passar do tempo (Cavada et al., 2012; Nobre et al., 2023; Xavier; Morais, 2019). A elevada menção à lista de ingredientes também demonstra interesse pela composição dos produtos. Já a rotulagem nutricional frontal foi indicada por cerca de um terço dos participantes. Estudos com consumidores brasileiros indicam que os modelos frontais de advertência podem facilitar a compreensão do conteúdo nutricional e alterar a percepção de saudabilidade e a intenção de compra dos produtos (Khandpur et al., 2019; Scapin et al., 2022).

Os participantes foram convidados a avaliar o próprio nível de compreensão das informações nos rótulos dos alimentos. Os resultados dessa autoavaliação estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Distribuição dos participantes segundo a autoavaliação da compreensão das informações do rótulo.

Escala de compreensão	n	%
1 = Não compreendo nada	5	2,5
2 = Compreendo pouco	41	20,4
3 = Compreendo aproximadamente 50%	74	36,8
4 = Compreendo a maior parte	70	34,8
5 = Compreendo totalmente	11	5,5
TOTAL	201	100

Fonte: as autoras, 2026.

A autoavaliação revelou que 59,7% dos participantes declararam compreender, no máximo, metade das informações presentes nos rótulos. Do total de participantes, 22,9% relataram pouca ou nenhuma compreensão, enquanto somente 5,5% indicaram compreensão total. Os itens mais reconhecidos foram sódio (92,0%), açúcares adicionados (90,0%) e gorduras saturadas (84,6%), enquanto os selos de inspeção de produtos de origem animal apresentaram o menor reconhecimento (42,3%). Esses dados assemelham-se a um estudo em Guarapuava-PR (Albach; Bombardelli; Kotovicz, 2025), que verificou compreensão parcial

em 57% dos consumidores, plena em 34% e ausência de compreensão em 9%. Avaliações autorreferidas devem, entretanto, ser interpretadas com cautela, pois podem não corresponder totalmente às medidas de compreensão funcional dos rótulos. (Bhawra et al., 2022).

Com o objetivo de aprofundar a análise foram investigadas as principais dificuldades percebidas para leitura e compreensão dos rótulos de alimentos, demonstrados na Tabela 6.

Tabela 6. Distribuição dos fatores relatados pelos participantes como dificultadores da compreensão dos rótulos.

Dificuldade	n	%
Letras muito pequenas	168	83,6
Linguagem técnica/termos desconhecidos	125	62,2
Falta de clareza	85	42,3
Excesso de informações	59	29,4
Não apresenta dificuldades	4	2,0
Não tem preocupação com a questão	3	1,5

Nota: Questão de múltipla resposta.
Fonte: as autoras, 2026.

As dificuldades mais relatadas foram o tamanho reduzido das letras (83,6%), seguido pelo uso de linguagem técnica ou de termos desconhecidos (62,2%), dificuldades também identificadas pelo Idec (2014). A falta de clareza (42,3%) e o excesso de informações (29,4%) também foram apontados como barreiras à compreensão, enquanto apenas 2,0% declararam não apresentar dificuldades. Esses achados são consistentes com uma revisão de estudos conduzidos em países africanos, que também identificou problemas de legibilidade e compreensão como barreiras à utilização das informações nutricionais (Osei; Domfe; Anderson, 2024). As sugestões apresentadas pelos participantes na questão aberta do presente estudo foram coerentes com essas dificuldades, sobretudo quanto à necessidade de informações mais legíveis e compreensíveis. Considerando-se as dificuldades relatadas, o presente estudo também investigou as estratégias utilizadas pelos participantes para avaliar se um alimento é saudável, conforme apresentado na Tabela 7. A leitura da lista de ingredientes foi a principal estratégia para avaliar a saudabilidade (81,1%). Kraemer et al. (2023) destacam que essa lista permite identificar as substâncias que compõem o alimento e compreender, de maneira ampla, sua qualidade nutricional. No entanto, a dificuldade com termos técnicos e pouco claros relatada por 62,2% dos participantes (Tabela 6) pode comprometer essa interpretação, sendo que a elevada frequência de consulta à lista de ingredientes não implica, necessariamente, a compreensão adequada das informações apresentadas (Montera et al., 2023).

Tabela 7. Distribuição das estratégias relatadas pelos participantes para avaliar a saudabilidade dos alimentos.

Estratégia	n	%
Leitura da lista de ingredientes	163	81,1
Verificação da tabela nutricional	103	51,2
Confiança na marca	50	24,9
Observação de selos/certificações	44	21,9
Comparação com produtos similares	39	19,4
Base em informações de mídia/internet	31	15,4
Não tem preocupação com a questão	4	2,0

Nota: Questão de múltipla resposta.
Fonte: as autoras, 2026.

Quando questionados sobre a influência das informações dos rótulos na decisão de compra, 87,0% dos participantes afirmaram que elas influenciam sempre ou às vezes em suas escolhas, enquanto apenas 3,0% declararam que elas nunca influenciam (Tabela 8).

Tabela 8. Influência das informações do rótulo sobre a decisão de compra.

Resposta	n	%
Sim, sempre	68	33,8
Sim, às vezes	107	53,2
Raramente	20	10,0
Não, nunca	6	3,0
TOTAL	201	100

Fonte: as autoras, 2026.

Esses resultados indicam que a maioria considera as informações dos rótulos durante a escolha dos produtos. Cavada et al. (2012) constataram associação positiva entre o hábito de leitura e a influência das informações na compra. Os elementos considerados nessa decisão são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9. Elementos que mais influenciam a decisão de compra dos participantes.

Elemento	n	%
Teor de açúcar adicionado	149	74,1
Teor de gordura saturada	119	59,2
Teor de sódio	108	53,7
Preço	87	43,3
Quantidade de calorias	76	37,8
Ingredientes que evita (glúten, lactose, alérgenos etc.)	58	28,9
Marca	57	28,4
Presença de selos certificadores	33	16,4

Nota: Questão de múltipla resposta.
Fonte: as autoras, 2026.

Entre os elementos investigados, o teor de açúcar adicionado foi o mais citado como influente na decisão de compra (74,1%), seguido pelos teores de gordura saturada (59,2%) e sódio (53,7%). O preço foi citado por 43,3% dos participantes, enquanto a quantidade de calorias foi indicada por 37,8%, demonstrando que características nutricionais e fatores econômicos são considerados no processo de escolha. A relevância atribuída aos nutrientes

críticos é consistente com estudos que demonstram a influência da informação nutricional sobre a percepção e a intenção de compra dos consumidores (Bandeira et al., 2021).

Os participantes foram questionados sobre a interpretação e a influência da rotulagem nutricional frontal obrigatória, representada pelo símbolo da lupa. Os resultados estão apresentados nas Tabelas 10 e 11.

Tabela 10. Percepção de que a lupa facilita escolhas alimentares mais saudáveis, segundo relato de ter reparado no símbolo.

Reparou na lupa	**Facilidade para escolhas saudáveis**				**Total**
	Facilita muito, n (%)	**Facilita um pouco n (%)**	**Não facilita n (%)**	**Não sabe n (%)**	
Sim	111 (61,0)	53 (29,1)	14 (7,7)	4 (2,2)	182
Não	11 (57,9)	4 (21,1)	1 (5,3)	3 (15,8)	19

Nota: Percentuais calculados em relação ao total de cada categoria da variável “reparou na lupa”.
Fonte: as autoras, 2026.

Dos 201 participantes, 182 (90,5%) declararam ter reparado no símbolo da lupa presente nas embalagens. Entre eles, 90,1% consideraram que a lupa facilita muito ou um pouco a realização de escolhas alimentares mais saudáveis. Entre aqueles que não haviam reparado no símbolo, essa proporção foi de 78,9%. Para análise inferencial, em razão das baixas frequências observadas em algumas células, foram agrupadas as categorias “facilita muito” e “facilita um pouco”, assim como “não facilita” e “não sabe”. O teste exato de Fisher não indicou associação estatisticamente significativa entre ter reparado no símbolo e considerar que ele facilita escolhas mais saudáveis ($p = 0,137$). Bandeira et al. (2021) identificaram que modelos frontais melhoraram a identificação de nutrientes em excesso, reduzindo, assim, a intenção de compra.

Tabela 11. Influência da lupa na decisão de compra, segundo o relato de ter reparado no símbolo.

Reparou	**Sempre**	**Quase sempre**	**Às vezes**	**Alguns produtos**	**Raramente**	**Nunca**	**Total**
Sim	33 (18,1)	60 (33,0)	45 (24,7)	3 (1,6)	30 (16,5)	11 (6,0)	182
Não	3 (15,8)	6 (31,6)	5 (26,3)	1 (5,3)	2 (10,5)	2 (10,5)	19

Nota: Valores apresentados como n (% dentro da categoria).
Fonte: as autoras, 2026.

Entre os 182 participantes que declararam ter reparado na lupa, 33,0% afirmaram que ela interferia quase sempre na decisão de compra, 24,7% às vezes e 18,1% sempre. Somando-se as categorias “sempre”, “quase sempre”, “às vezes” e “evito somente para alguns tipos de produto”, 77,5% relataram alguma interferência em situações específicas. Após dicotomização das respostas, o teste exato de Fisher não identificou associação estatisticamente significativa entre ter reparado na lupa e o nível de interferência declarado

na decisão de compra (p = 1,000). Croker et al. (2020), em revisão sistemática com metanálise, verificaram que a rotulagem frontal favoreceu compras com menores teores de açúcar e sódio. Felipetto et al. (2022), em estudo com modelos de rotulagem aplicados a alimentos de autosserviço, observaram que as. advertências nutricionais contribuíram para escolhas de melhor qualidade nutricional.

Em uma questão aberta complementar à Tabela 11, os participantes foram convidados a explicar em quais situações haviam evitado comprar um alimento em razão da presença da lupa na rotulagem. Entre as diferentes respostas, alguns relataram evitar a compra de chocolates, biscoitos, doces, lanches e alguns produtos industrializados, especialmente quando buscavam opções percebidas como mais saudáveis ou naturais. Em outras respostas, a lupa foi associada à comparação entre produtos semelhantes e à escolha de alternativas sem o símbolo ou com menor teor do nutriente crítico indicado. Também houve relatos de que a decisão dependia do contexto de consumo: produtos consumidos eventualmente eram mais tolerados, enquanto itens de consumo cotidiano ou destinados ao público infantil tendiam a ser evitados. Além disso, condições de saúde pessoais e familiares foram mencionadas como motivos adicionais para evitar produtos com alertas frontais. Esses relatos são compatíveis com experimentos realizados com consumidores brasileiros, os quais descrevem que a rotulagem frontal favoreceu a identificação de nutrientes em excesso e reduziu a percepção de saudabilidade e a intenção de compra dos produtos avaliados (França; Alcantara; Deliza, 2025; Khandpur; Mais; Martins, 2022).

Considerando que 93,0% dos participantes relataram consumir diariamente alimentos de origem animal, a identificação dos selos de inspeção veterinária apresenta especial relevância. Por esse motivo foi pesquisada a associação entre o conhecimento dos participantes sobre a finalidade do selo e sua verificação nos alimentos (Tabela 12).

Tabela 12. Associação entre o conhecimento dos participantes sobre a finalidade do selo e sua verificação nos alimentos.

Conhecimento sobre a finalidade do selo	**Verifica ao menos ocasionalmente[1] n (%)**	**Raramente ou nunca verifica[2] n (%)**	**Não sabe o que são os selos n (%)**	**Total n (%)**
Sabe que é selo de inspeção veterinária	52 (58,4)	36 (40,4)	1 (1,1)	89 (100,0)
Não sabe que é selo de inspeção veterinária	18 (16,1)	59 (52,7)	35 (31,3)	112 (100,0)
TOTAL	70 (34,8)	95 (47,3)	36 (17,9)	201 (100,0)

Nota: As categorias de frequência foram agrupadas em duas categorias; foi mantida a resposta original de um participante com respostas divergentes entre as questões.
[1] Inclui as respostas “sempre”, “quase sempre” e “às vezes”. **[2]** Inclui as respostas “raramente” e “nunca”.
Fonte: as autoras, 2026.

Apenas 34,8% dos participantes relataram procurar os selos ao menos ocasionalmente nos rótulos de alimentos, enquanto 47,3% raramente ou nunca os verificavam, além de 17,9% declararem não saber o que eram esses selos. Mais da metade da amostra (55,7%) não sabia que os selos correspondiam à inspeção do produto por um Médico Veterinário, embora 90,0% considerassem a inspeção essencial para garantir a segurança e a qualidade dos alimentos. Esse contraste sugere que a importância atribuída à inspeção não se traduz, necessariamente, na verificação dos selos no momento da compra de alimentos. O conhecimento sobre a finalidade do selo, por sua vez, apresentou associação estatisticamente significativa com a frequência de sua verificação nos alimentos ($p < 0,001$). Entre os participantes que sabiam que o selo correspondia à inspeção veterinária, 58,4% relataram verificá-lo ao menos ocasionalmente, proporção que foi de 16,1% entre aqueles que desconheciam essa finalidade. Na análise dicotomizada, os participantes que conheciam a finalidade do selo apresentaram chance 7,34 vezes maior de verificá-lo ao menos ocasionalmente, em comparação com aqueles que a desconheciam, conforme indicado pelo teste exato de Fisher ($p < 0,001$). Esse resultado indica que conhecer a função dos selos pode favorecer sua verificação no momento da compra, aspecto relevante considerando que estudos com consumidores brasileiros demonstram a importância atribuída aos selos de inspeção na percepção de segurança e na aceitação de produtos de origem animal (Campello et al., 2023; Pereira et al., 2023). A baixa frequência de verificação, associada ao desconhecimento sobre a finalidade dos selos, reforça a importância de ações de educação em segurança dos alimentos que orientem os consumidores quanto à identificação e à função desses elementos. Entretanto, por se tratar de estudo transversal, a associação observada não permite estabelecer relação causal entre conhecimento e comportamento de verificação.

Os participantes foram convidados a apresentar sugestões para aprimorar a compreensão das informações contidas nos rótulos. Por se tratar de uma questão aberta, as respostas foram agrupadas em categorias temáticas, apresentadas na Tabela 13.

Tabela 13. Principais temas das sugestões para melhorar a compreensão dos rótulos.

Tema	n	%*
Maior legibilidade (fonte, contraste e visibilidade)	68	53,1
Linguagem mais simples, clara e objetiva	54	42,2
Mais explicações sobre ingredientes, aditivos e nutrientes	30	23,4
Melhor organização, padronização e destaque	23	18,0
Maior destaque para alergênicos, selos e inspeção	11	8,6
Recursos visuais ou digitais (símbolos/QR Code)	9	7,0
Educação e divulgação sobre rotulagem	8	6,2

Nota: Percentuais calculados com base nos 128 participantes que forneceram sugestões; categorias não mutuamente exclusivas, portanto, a soma dos percentuais pode ultrapassar 100%.
Fonte: as autoras, 2026.

A análise das 128 respostas abertas evidenciou como principal demanda a melhoria da legibilidade dos rótulos, sobretudo por meio do aumento do tamanho das letras, maior contraste e melhor visibilidade (53,1%). Em seguida, destacaram-se solicitações por linguagem mais simples, clara e objetiva (42,2%) e por explicações adicionais sobre ingredientes, aditivos e nutrientes (23,4%). Outras sugestões incluíram padronização da localização e da ordem das informações, maior destaque visual para conteúdos relevantes à saúde, uso de símbolos, cores ou QR Codes para complementar informações, maior visibilidade de alergênicos e selos de inspeção e campanhas educativas sobre leitura de rótulos. As respostas evidenciaram que as dificuldades não estão relacionadas apenas à quantidade de informação disponível, mas envolvem aspectos de design, linguagem, hierarquia visual e compreensão dos rótulos (Kraemer et al., 2023; Moreira et al., 2021). Esse cenário demonstra a importância de aprimorar continuamente as políticas de rotulagem, com foco na clareza das informações, na proteção da saúde do consumidor (Gomes et al., 2023; Sousa et al., 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu identificar que a rotulagem alimentar é parte importante nas escolhas dos consumidores, sendo a data de validade, a lista de ingredientes e a tabela nutricional as informações mais valorizadas. Embora a maioria dos participantes relatasse ler os rótulos com frequência, foram observadas dificuldades de compreensão das informações apresentadas. A percepção de saudabilidade e a decisão de compra estiveram relacionadas principalmente à consulta da composição dos produtos e à presença de nutrientes críticos, enquanto a verificação dos selos de inspeção foi menos frequente, especialmente entre os participantes que desconheciam sua finalidade.

Os resultados também demonstram a influência de fatores socioeconômicos, especialmente escolaridade e renda, sobre o hábito de leitura dos rótulos. A rotulagem nutricional frontal foi amplamente reconhecida e considerada útil pelos participantes; contudo, seu reconhecimento não esteve associado à percepção de utilidade nem à influência sobre a decisão de compra. O conhecimento sobre a finalidade dos selos de inspeção esteve associado à maior frequência de sua verificação, sugerindo que reconhecer as informações não significa, necessariamente, utilizá-las no momento da compra.

Conclui-se que a efetividade da rotulagem alimentar depende da clareza, legibilidade e compreensão pelos consumidores das informações, reforçando a importância de ações educativas e do aprimoramento contínuo das estratégias de comunicação nos rótulos. Como

limitação, destaca-se a elevada escolaridade e renda da amostra, o que pode limitar a generalização dos achados para a população brasileira.

6. REFERÊNCIAS

ABEBE, E.; GUGSA, G.; AHMED, M. Review on Major Food-Borne Zoonotic Bacterial Pathogens. **Journal of Tropical Medicine,** v.2020, art. 4674235, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32684938/. Acesso em: 21 abr 2025.

ALBACH, J; BOMBARDELLI, M. C.; KOTOVICZ, V. Rotulagem nutricional de alimentos embalados: avaliação da conformidade com a legislação vigente e compreensão pelos consumidores de Guarapuava-PR. **Revista DELOS**, Curitiba, v.18, n.67, p.e5074, 2025. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/5074 Acesso em: 2 ago. 2026.

BANDEIRA, L. M. et al. Desempenho e percepção sobre modelos de rotulagem nutricional frontal no Brasil. **Revista de Saúde Pública.** Brasília, v.55, n.19, p.1-12, 2021. Disponível em: https://rsp.fsp.usp.br/artigo/desempenho-e-percepcao-sobre-modelos-de-rotulagem-nutricional-frontal-no-brasil/. Acesso em: 19 abr. 2025.

BATISTA, L. P. A.; ALVES, F. G. Direito à informação e à saúde do consumidor na rotulagem de alimentos. **Revista Observatório de la Economia Latinoamericana**. Curitiba, v.22, n.8, p.01-21, 2024. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/6132. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Instrução Normativa – IN n°75, de 8 de outubro de 2020.** Estabelece os requisitos técnicos para declaração nutricional nos alimentos embalados. Brasília, DF: 2020b. Disponível em: https://anvisalegis.datalegis.net/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&num_ato=00000075&sgl_tipo=INM&sgl_orgao=DC/ANVISA/MS&vlr_ano=2020&seq_ato=000&cod_modulo=134&cod_menu=1696 . Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n°727, de 1° de julho de 2022.** Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados. Brasília, DF: 2022b. Disponível em: https://anvisalegis.datalegis.net/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&num_ato=00000727&sgl_tipo=RDC&sgl_orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&vlr_ano=2022&seq_ato=002&cod_modulo=134&cod_menu=1696 . Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Portaria CNPq nº 2.664,** de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 47, p. 4, 11 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto n° 9.013 de 29 de março de 2017.** Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Brasília, DF: 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9013.htm Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020.** Altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília, DF, 19 ago. 2020c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10468.htm . Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. **Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa – IN nº 22, de 24 de novembro de 2005.** Aprova o Regulamento Técnico para Rotulagem de Produto de Origem Animal Embalado. Brasília, DF: 2005. Disponível em: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Memorando-Circular n° 13 de 28 de agosto de 2017**. Modelos de carimbo de inspeção. Brasília, DF: 2017b. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/registro-de-produtos-rotulagem. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 240, de 23 de julho de 2021**. Altera o Anexo da Instrução Normativa MAPA nº 22, de 24 de novembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado. Brasília, DF, ed. 140, p. 7, 27 jul. 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-240-de-23-de-julho-de-2021-334483686 Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 449, de 15 de junho de 2022.** Altera o Anexo da Instrução Normativa MAPA nº 22, de 24 de novembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico para rotulagem de produto de origem animal

embalado. Brasília, DF, ed. 114, 20 jun. 2022a. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-449-de-15-de-junho-de-2022-408520494 . Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Ministérios da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar. **Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969.** Institui Normas Básicas sobre Alimentos. Brasília, DF, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0986.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 152p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020.** Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. Brasília, DF, ed. 195, p. 106, 9 out. 2020a. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-429-de-8-de-outubro-de-2020-282070599 . Acesso em: 18 abr. 2025.

BHAWRA, J. et al. Correlates of self-reported and functional understanding of nutrition labels across 5 countries in the 2018 International Food Policy Study. **The Journal of Nutrition,** v. 152, supl. 1, p. 13S–24S, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35274701 . Acesso em: 14 jun. 2026.

CAMPELLO, I. C. R. et al. Consumer's perception of the "Arte" seal in artisanal cheeses. **Food Science and Technology**, v.43, 2023. Disponível em: https://fstjournal.com.br/revista/article/view/109 . Acesso em: 2 ago. 2026.

CAVADA, G. S. et al. Rotulagem nutricional: você sabe o que está comendo? **Brazilian Journal of Food Technology**, Campinas, v. 15, n. esp., p. 84–88, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bjft/a/N9jx4GpQXGfbcRb5r6fp5XQ/?format=html&lang=pt Acesso em: 13 jun. 2026.

COUTINHO, J. G. et al. The challenges of front-of-package labeling in Brazil. **Frontiers in Nutrition**, v.9, art. 921421, 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9608328/. Acesso em: 22 mar. 2025.

CROKER, H. et al. Front of pack nutritional labelling schemes: a systematic review and meta-analysis of recent evidence relating to objectively measured consumption and purchasing. **Journal of Human Nutrition and Dietetics**, v. 33, n. 4, p. 518–537, 2020.

Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jhn.12758. Acesso em: 2 ago. 2026.

FELIPETTO, N. et al. Brazilian consumers' perception towards food labeling models accompanying self-service foods. **Foods**, v. 11, n. 6, art. 838, 2022. Disponível em: https://www.mdpi.com/2304-8158/11/6/838. Acesso em: 2 ago. 2026.

FRANÇA, C. G.; ALCANTARA, M. de; DELIZA, R. Effect of nutrition warning, brand, and claims on the perception of product healthiness by Brazilian consumers. **Food Research International**, v. 201, art. 115525, 2025. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39849690/ Acesso em: 2 ago. 2026.

GOMES, F. S. et al. Editorial: strengthening food labeling policies in Brazil. **Frontiers in Nutrition,** v.10, 2023. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/nutrition/articles/10.3389/fnut.2023.1196243/full Acesso em: 2 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). **Rotulagem de Alimentos e Doenças Crônicas: Percepção do Consumidor no Brasil.** Cadernos Idec. Série Alimentos. v.3, 1ªed. São Paulo, 2014. Disponível em: https://idec.org.br/publicacao/rotulagem-de-alimentos-e-doencas-cronicas-percepcao-do-consumidor-no-brasil. Acesso em: 22 mar 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2025.** Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102286_informativo.pdf Acesso em: 15 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Renda domiciliar *per capita*: 2025.** Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=73100&view=detalhes Acesso em: 15 ago. 2026.

JASP TEAM. *JASP (*Version 0.97.0) [computer software]. 2026. Disponível em: https://jasp-stats.org/. Acesso em: 5 ago. 2026.

KHANDPUR, N. et al. Choosing a front-of-package warning label for Brazil: a randomized, controlled comparison of three different label designs. **Food Research International**, v. 121, p. 854–861, 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31108818/ Acesso em: 13 jun. 2026.

KHANDPUR, N.; MAIS, L. A.; MARTINS, A. P. B. A comparative assessment of two different front-of-package nutrition label designs: a randomized experiment in Brazil. **Plos One**, v.17,

n.4, 2022. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0265990. Acesso em: 2 ago. 2026.

KRAEMER, M. V. S. et al. Is the list of ingredients a source of nutrition and health information in food labeling? A scoping review. **Nutrients**, v. 15, n. 21, art. 4513, 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2072-6643/15/21/4513. Acesso em: 13 jun. 2026.

MONTERA, V. S. P. et al. Informação sobre aditivos alimentares nos rótulos de alimentos no Brasil: análise crítica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, art. 2, p. 1–7, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/t9WzgXy6PBjqZDbf8wDdqfz/. Acesso em: 13 jun. 2026.

MOREIRA, M. J. et al. Consumer knowledge about food labeling and fraud. **Foods**, v. 10, n. 5, art. 1095, 2021. Disponível em: https://www.mdpi.com/2304-8158/10/5/1095. Acesso em: 2 ago. 2026.

NOBRE, J. A. S. et al. Você costuma verificar o rótulo de alimentos? Estudo de base populacional com adolescentes e adultos de Campinas, SP. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadsc/a/tCkQvPkD8SXdnmFhbSK9Cxj/. Acesso em: 2 ago. 2026.

OSEI, P. K.; DOMFE, C. A.; ANDERSON, A. K. Consumer awareness, knowledge, understanding, and use of nutrition labels in Africa: a systematic narrative review. **SAGE Open,** v. 14, n. 2, 2024. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/21582440241241982 Acesso em: 14 jun. 2026.

PEREIRA, M. C. S. et al. Direito do consumidor às informações nos rótulos dos alimentos: perspectiva de profissionais envolvidos em políticas públicas. **Aletheia**, v.52, n.1, p.85-101, jan./jun.,2019. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/4641 Acesso em: 20 abr. 2025.

RAUBER, F. et al. Ultra-Processed Food Consumption and Chronic Non-communicable Diseases-Related Dietary Nutrient Profile in the UK (2008-2014). **Nutrients**, v.10, n.5, art. 587, p. 1-13, 2018. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5986467/. Acesso em: 22 mar. 2025.

SCAPIN, T. et al. Consumers' response to sugar label formats in packaged foods: a multi-methods study in Brazil. **Frontiers in Nutrition**, v. 9, 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9245067/ Acesso em: 13 jun. 2026.

SOUSA, I. C. et al. Do Brazilian consumers intend to use food labels to make healthy food choices? An assessment before the front-of-package labelling policy. **Food Research**

International, v.172, 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37689875/ Acesso em: 2 ago. 2026.

XAVIER, D. F.; MORAIS, M. P. Compreensão da rotulagem nutricional por frequentadores de um supermercado em Campos Verdes – Goiás. **Brazilian Journal of Food Research**, Campo Mourão, v. 10, n. 4, p. 90–104, 2019. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rebrapa/article/view/11420. Acesso em: 14 jun. 2026.

Contatos: Isabela Santos Costa Marcon 10729311@mackenzista.com.br e

Karina Dantas Coelho karina.coelho@mackenzie.br